

Governistas admitem que mesmo sem acordo cada um fez sua parte

Comissão foi abortada, Jader ajudou e ACM mandou retirar assinaturas

Diana Fernandes, Catia Seabra e Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. A palavra acordo era repudiada pelos líderes do governo ontem, depois que a CPI da Corrupção foi derrubada. Com muita veemência por alguns, mas sem muita convicção por outros. Eram fortes as evidências de que um amplo entendimento entre governo, PMDB e PFL, denunciado pela oposição, esteve em discussão: em menos de 24 horas a CPI foi abortada, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), deixou a presidência do partido e ajudou a derrubar a CPI e o PFL do senador Antonio Carlos Magalhães (BA) passou a considerar que a possibilidade de cassação por causa da violação do painel estava eliminada depois que carlistas retiraram suas assinaturas do requerimento.

— Não se pode dizer que houve um acordo a portas fechadas. Cada um fez a sua parte, tentando salvar seus interesses e confiando que o resultado será positivo para todos — justificava um tucano.

O provável acordo favorece de imediato o governo e Jader, que se livram da CPI. Os adversários de Jader garantem que ele não sobreviveria às investigações. Na avaliação dos pefelistas e de tucanos, também não interessa a Jader a cassação de Antonio Carlos.

“Eles fizeram um acordo para acabar com a CPI, evitar os problemas que Jader teria com uma investigação na Sudam e no Banpará e até para livrar ACM da cassação”

JOSÉ DIRCEU
presidente do PT

— CPI e cassação de Antonio Carlos têm reflexos diretos na vida de Jader. Com uma CPI ele seria bombardeado e com a cassação de Antonio Carlos seria a próxima vítima — reconhece um líder da base.

Para os parlamentares de oposição não restava dúvida que um acordo foi negociado na madrugada de ontem.

— Eles fizeram um acordo envolvendo todo mundo, para acabar com a CPI, evitar os problemas que Jader teria e até para livrar ACM da cassação — disse o presidente do PT, deputado José Dirceu (SP).

Jader negou que tenha participado de qualquer entendimento. Insistiu no argumento de que apenas cumpriu as regras regimentais:

— A retirada de assinaturas da CPI foi uma decisão exclusiva dos deputados.

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), comentava que Antonio Carlos colaborou com o fim da CPI ao não criar mais obstáculos para a

retirada de assinaturas de seus liderados. Negava o acordo, mas deixava suspeitas:

— A retirada de assinaturas não tem relação com a investigação do Conselho de Ética, mas tudo na vida política é relacionado. Não impomos condições para retirar as assinaturas, mas continuamos na luta para evitar a cassação.

Antonio Carlos recebeu os deputados baianos que tinham assinado a CPI, conversou por telefone com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e consultou advogados. Mas dizia que cada deputado decidiria por sua própria consciência.

Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário do Senado, era um dos mais indignados:

— Este é o governo mais sujo que já vi, barganha tudo, chantagemia com tudo. Não tem dinheiro para investir em energia elétrica, mas tem para comprar apoio.

Mesmo percebendo que o governo havia conseguido

convencer mais de 20 parlamentares da base a retirarem suas assinaturas, os líderes da oposição decidiram levar adiante o pedido para que fosse realizada uma sessão extraordinária do Congresso. A avaliação era que não daria mais para recuar. Mas no plenário o clima era de revolta.

— O que estamos vendo é o PCC, não o PCC dos presidios, mas do governo: o Partido Contra a CPI. Não há constrangimento em vocês? Isso é uma vergonha. Vocês estão decretando o fechamento do Congresso — reagiu o deputado Fernando Ferro (PT-PE).

Depois de ter atendido terça-feira pedido do governo para adiar a sessão do Congresso em que seria lido o requerimento, Jader usou os argumentos da própria oposição para antecipar sessão. O governo mudou a estratégia de protelar a leitura do requerimento depois que percebeu que teria chances de liquidar a fatura ontem mesmo.

A oposição ficou sem reação e lhe restou apenas protestar em plenário, diante da comemoração antecipada dos líderes do governo. Além de discursos inflamados denunciando as manobras, os parlamentares oposicionistas mostraram faixas atacando o presidente: “FHC num mar de lama” e “FHC, tire a máscara, o acordo não passará”. ■